

A CONTABILIDADE E SUA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Larissa de Lima Trindade¹

Gilberto Brondani²

RESUMO

A sociedade atualmente tem estado muito preocupada no que diz respeito ao meio ambiente, exigindo das empresas um comportamento saudável e condizente com a preservação do mesmo. A contabilidade também tem que se preocupar com estas mudanças exigidas pela sociedade representada pela figura dos *stakeholders*, ou seja, os investidores, governos, bancos, clientes e população em geral, tendo como principal veículo de comunicação que interliga a empresa e a sociedade, o balanço social. A contabilidade então, tem um grande desafio a sua frente, pois depende, e em muito a sua eficiente atuação para que se alcance a harmonia do relacionamento entre empresa e meio ambiente, não somente para garantir a continuidade da mesma, como também de toda a humanidade.

Palavras-chave: Contabilidade, responsabilidade, social e ambiental.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o ambiente externo das organizações passa a se identificar por grandes e várias mudanças, no que se refere ao aspecto econômico, político, tecnológico e social. Para que as empresas possam sobreviver diante de tais mudanças, é necessário que elas conheçam o ambiente em que estão

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UFSM, e-mail: laritrin@yahoo.com.br

² Professor do Departamento de Ciências Contábeis da UFSM, e-mail: brondani@ccsh.ufsm.br

inseridas, a partir daí com estratégias planejadas objetivando a eficácia organizacional e o desenvolvimento sustentável.

A conceituação de desenvolvimento sustentável, segundo Fernandes (2000, p.03), foi apresentada ao mundo em 1987 pela ex-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que definia este como sendo aquele desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades, como também, uma forma de otimizar o uso racional dos recursos naturais e a garantia de conservação e do bem estar para as próximas gerações.

Um preço muito alto por esta diversidade de produtos e serviços está sendo pago pelo meio ambiente, patrimônio da humanidade, através da utilização de recursos naturais que são devolvidos ao mesmo de forma deteriorada, via redução do volume de água tratada, qualidade do ar, alteração dos ciclos de vida (biosfera), ou então, ocorre uma exaustão dos recursos naturais não renováveis (minerais, fósseis, etc.), renováveis (vegetais e animais) e recursos naturais livres (água, solo e ar).

A empresa diante deste novo paradigma se vê obrigada a implantar sistemas ligados a gestão ambiental. A ISO 14000 e suas subséries é uma ferramenta elaborada, em 1996, com o objetivo de homogeneizar a ação e relação de organizações com o meio ambiente, no tocante que envolve a matéria-prima para indústria e o descarte final de seus restos. Desenvolvida pela *International Standards Organization* – ISO com a finalidade de definir padrões internacionais de gerenciamento ambiental, aplicado a todas as espécies de empresa, principalmente aquelas que apresentam um alto grau de poluição.

Considerando a nova conjuntura empresarial em função da responsabilidade social perante o meio ambiente e a necessidade de investimentos nessa área para efetuar um controle eficaz, é fundamental deixar mais evidente o impacto econômico-financeiro que reflete diretamente no fluxo de caixa da empresa. O veículo canalizador de tais informações é o Balanço Social, instrumento que permite apresentar junto a investidores, fornecedores, credores, governo, clientes e sociedade em geral, a real situação da empresa

no campo social, registrar as realizações efetuadas nesse campo e também apurar o resultado da empresa e relação à sociedade.

O objetivo principal deste trabalho é elucidar o papel que a contabilidade possui para o social e o ambiental, através da Contabilidade Ambiental e do Balanço Social como ferramenta de responsabilidade social.

Logo, a contabilidade é imprescindível para que as informações compreendidas no Balanço Social tenham credibilidade perante a sociedade, sendo de suma importância uma avaliação séria e padronizada destas informações, já que esta ciência tem uma metodologia concreta para externar as informações de cunho econômico-financeiro das empresas, pode também tratar das informações sociais.

2. A EMPRESA E O MEIO AMBIENTE

Uma das conseqüências do alto índice de industrialização é a degradação ambiental, representada pela exaustão e poluição dos recursos naturais, o que exige dos administradores uma reavaliação de conceitos no estilo de administrar, em função de um desenvolvimento sustentável.

Segundo Teixeira (2000, p.01), “o meio ambiente é um conjunto de sistemas que se integram e interagem, formando o mundo que nos cerca. Compreende todo o entorno físico em que vivemos e inclui o ar, a água, a terra, a flora, a fauna e os recursos não renováveis, como os combustíveis fósseis e os minerais”.

A preocupação com o meio ambiente não é um aspecto desta virada de milênio, pois a primeira legislação que veio a regulamentar estes padrões e metodologias data da década de sessenta, na Inglaterra, mediante da BS 7750 – *British Standards*, que foi referencial teórico para a composição da ISO 14000 – *International Standardization Organization*, em 1996.

Mas, apesar das primeiras discussões e controles, em nível ambiental, serem de longa data, apenas agora, a sociedade tornou-se mais atenta em relação ao meio ambiente, após grande parte de patrimônio ambiental já estar comprometido.

Esta resistência se deve, entre outros, aos seguintes fatores:

- inexistência de legislação ambiental ou rigor nas já existentes,
- a falta de conscientização da sociedade e de meios fortes que reforçá-se a questão ecológica,
- os consumidores não associavam os esforços das empresas ao consumo de seus produtos.

Neste contexto, as organizações incorporarão nas variáveis que compõem o processo de tomada de decisão o meio ambiente, ligado à responsabilidade social. Para Franco (1999, p.38) “as empresas que protegem o meio ambiente são bem vistas pelo consumidor e por investidores, já havendo em alguns países, fundos especializados em investir em empresas que protegem o meio ambiente”.

Desta forma a necessidade de preservar o meio ambiente não é mais só de ambientalistas e de organizações não governamentais, mas sim da humanidade que está se conscientizando de que a sobrevivência de todos depende muito do meio ambiente.

A questão que trata sobre o meio ambiente e conseqüentemente os investimentos para desenvolver sistemas de gestão ambiental, através da aplicação de procedimentos e técnicas para reduzir a emissão de efluentes, reciclagem de materiais, atendimento a situações de emergência, implementação de tecnologia saudável – *Clean Technologies*, reeducação voltada para área ambiental de funcionários e desenvolvimento de pesquisas que abordam análise do ciclo de vida dos produtos e seu impacto ambiental, não representa meramente dispêndio de numerário (despesa) e sim, permanência no mercado. O significado de retorno de investimentos representa muito mais que lucro e enriquecimento de seus acionistas, trata de criar e contribuir para um mundo sustentável.

As empresas que primeiro atentaram a nova tendência e necessidade de comportamento ambiental, e adotaram mecanismos de prevenção, utilizando uma boa dose de senso de oportunidade, *feeling*, converteram estas restrições e ameaças ambientais em oportunidades de negócio.

Muito se tem abordado a conciliação entre produção industrial e meio ambiente e em resposta a isto surgiram normas e processos que através dos

Sistemas de Gestão Ambiental, auxiliam as empresas no controle de suas atividades e o impacto ambiental por elas causado.

3. NORMAS CONTÁBEIS VOLTADAS PARA O SOCIAL E O AMBIENTAL

Sabendo da responsabilidade de que tem para o social e o ambiental, os profissionais da contabilidade através do seu Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio de Resolução CFC nº 1.003/04, aprovou em agosto de 2004 a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 15, que versa sobre informações de natureza social e ambiental.

A NBC T 15 estabelece procedimentos para evidenciar tais informações, criando a “Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental”, criada para completar as demonstrações contábeis de 1º de janeiro de 2006.

As informações de natureza social e ambiental que constarão na referida demonstração deverão fazer referencia a: geração e distribuição de riqueza, recursos humanos, interação da entidade com o ambiente externo e interação com o meio ambiente.

Um dos itens de maior relevância é sem dúvida alguma as condições dos recursos humanos nas organizações, que dentre outros aspectos a demonstração acima referida deverá informar a remuneração concedida aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, bem como gastos com: encargos sociais, alimentação, transporte, previdência privada, saúde, segurança e medicina do trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches e as participações nos lucros ou resultados.

No que se trata da interação da organização com ambiente externo, as informações devem referenciar dado sobre o relacionamento com a comunidade no qual a entidade está inserida, considerando clientes e fornecedores. Neste caso, as informações devem evidenciar os totais dos investimentos em: educação, cultura, saúde, saneamento, esporte, lazer e alimentação.

Com relação à interação com o meio ambiente deve ser evidenciado:

- investimento e gastos com manutenção de processos operacionais para melhoria do meio ambiente;
- investimento e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores;
- investimentos e gastos com educação ambiental para consumidores;
- investimentos com outros projetos ambientais;
- valores das multas e das indenizações de cunho ambiental, administrativa e /ou judiciais;
- passivos e contingências ambientais.

Portanto, pode-se afirmar que a classe contábil preocupada com o social e o ambiental, já adotou medidas direcionadas a proteção, preservação e controle do patrimônio humano, criando mecanismos contábeis eficazes, orientando os empresários na aplicação dos mesmos para satisfazer as necessidades da empresa e também da sociedade.

4. ISO 14000 E SUAS SUBSÉRIES

Como consequência da ruptura de barreiras e filiais de empresas sediadas em vários países, as legislações nacionais não conseguem dar subsídio eficaz, capaz de gerir o comportamento ambiental das organizações. Foi necessário a elaboração de padrões internacionais para a certificação que durante todo o ciclo de vida do produto, desde a produção até o descarte, bem como o estudo racional de todas estas etapas, tenha como objetivo prezar pela integridade do ar, água, solo, bem estar dos colaboradores envolvidos no processo.

O sistema de padronização, com maior respaldo em nível mundial, é a ISO 14000. Esta representa uma organização, com origem na Suíça, em 1947, denominada *International Standardization Organization* – ISO e significa uma organização em prol de padrões e normas reconhecidas internacionalmente. A série ISO 14000 é recente, 1996, e tem como referencial teórico a BS 7750 –

British Standards. É composta de diretrizes básicas relacionadas à gestão ambiental, aplicadas a qualquer tipo de empresa, onde seu sucesso estará intimamente relacionado ao tipo de política ambiental adotada, conforme a atividade da empresa, fluxo produtivo e focos de poluição, porte da organização, condições financeiras e conscientização dos colaboradores.

A norma ISO 14000 não tem o poder de determinar critérios que garanta um sucesso integral do programa, mas formula políticas, descreve objetivos e atende especificações legais, gerando e apresentando informações sobre impactos ambientais e sua influência na tomada de decisão. Este tipo de programa visa uma melhoria e auto-avaliação contínua, através da implementação, manutenção e aprimoramento do sistema, bem como a avaliação por instituições externas e competentes para a obtenção da certificação/registo ambiental, a fim de demonstrar a sociedade o comportamento responsável.

A ISO 14000 possui, de certa forma, algumas particularidades, que estão representadas sob o aspecto de planejamento estratégico, que preza pela melhoria contínua de processos, interligando o desenvolvimento sustentável mundial com o programa aplicado na empresa; impacto ambiental; trata da gestão econômica associada ao surgimento de ativos ou passivos ambientais, e medidas cabíveis ao controle e/ou reversão do fato, se necessário; avaliação de desempenho ambiental em relação ao propósito do programa; política ambiental com a definição de objetivos e metas ambientais; entre outros.

A aplicação de sistemas de gestão ambiental é estritamente voluntária, sem obrigatoriedade legal, mas é possível considerar estes sistemas como leis de mercado, pois este tipo de certificação influencia diretamente na escolha do produto por parte dos consumidores. A certificação ISO 14000 abre um leque de opções as empresas. Uma delas é através de um trabalho sério e transparente advindo do *marketing*, que apresenta não só produtos bem elaborados, mas também uma consciência e preocupação social em relação ao desenvolvimento sustentável, pois disponibiliza produtos a atual geração sem comprometer as próximas.

5. CONTABILIDADE AMBIENTAL

A contabilidade é uma das ciências mais remotas do mundo, não podendo se precisar o momento em que surgiu, mas suas primeiras manifestações datam da idade dos sumérios, em média 6000 a.C, com o intuito de quantificar a riqueza humana, ou seja, o patrimônio. Com o passar do tempo a contabilidade vem acompanhando as evoluções da economia, onde gradativamente ocorreu o aprimoramento das técnicas contábeis a respeito de identificação, mensuração e evidenciação dos fatos contábeis que causavam mutações no patrimônio.

O tradicional sistema da contabilidade vem sendo aprimorado ao longo dos anos, ajustando-se as necessidades de informação de seus diversos usuários. Logo, com o aumento das obrigações relacionadas à proteção ambiental, as demonstrações financeiras têm novos desafios relacionados à padronização de normas e procedimentos contábeis.

A contabilidade esbarra em uma questão que envolve identificar e mensurar os valores ambientais, pois apesar de definições semelhantes entre os lançamentos tradicionais financeiros e os referentes ao meio ambiente, os profissionais da contabilidade deparam-se com a dificuldade de mensurar o patrimônio ambiental e suas respectivas transformações, isto talvez, devido à inexistência de padrões de mensuração que proporcionaria as informações contábil-ambientais uma credibilidade maior.

Em fevereiro de 1998, a Contabilidade Financeira Ambiental passou a ter o *status* de um novo ramo da ciência contábil, através da criação do Relatório financeiro e contábil sobre passivos e custos ambientais, pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR - *United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*).

Fica claro que mais cedo ou mais tarde os gastos relacionados à área ambiental terão que ser alocados como custos de produção lançados ao resultado do exercício, por isso é muito importante fazer um estudo detalhado.

Mas, para isto é necessário tratar de alguns conceitos contábeis ambientais, como por exemplo, o Balanço Social.

O Balanço Social tem por principal objetivo tornar pública, para fins de avaliação de desempenho, toda e qualquer atitude das entidades, com ou sem finalidade lucrativa, mensurável em moeda, que, a qualquer tempo, possa influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, assegurando que custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Toda e qualquer atividade, desenvolvida ou em desenvolvimento, ocorrida ou a ocorrer, não importando se em maior ou menor relevância, desde que mensurável em moeda, que cause ou possa vir a causar qualquer tipo de dano ao meio ambiente, bem como toda e qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos, serão registradas em contas contábeis específicas, na data de sua ocorrência, em consonância com o disposto nos Princípios Fundamentais de Contabilidade – Resolução 750-93 do CFC, mediante adoção de alguns procedimentos.

O surgimento das demonstrações contábeis provém da necessidade de avaliar, controlar e analisar a situação ambiental e relacioná-la com o desempenho dos negócios. A ascensão dos negócios desencadeou um aumento no interesse de investidores, fornecedores, banqueiros, governo em informações concretas, demonstrações que retratam a situação real da empresa. A partir dessas informações surgiu a imagem de novos sócios, desinteressados de uma rotina diária de gerenciamento, começaram a injetar dinheiro diretamente em organizações, o que no aspecto administrativo é muito bom, pois o baixo custo de capital obtido em comparação a instituições bancárias é considerável e o retorno tem como base ao resultado de fim de exercício.

Com o aumento da prática de sócios anônimos em instituições de grande porte, tornou-se fundamental a demonstração clara e objetiva, dos fatos contábeis e atos administrativos, em veículos de comunicação, via publicação do Balanço Patrimonial com respectivas notas explicativas. Devido, a exigência do novo paradigma de administração organizacional no que envolve

responsabilidade social, o recurso utilizado para apresentar as informações para os *stakeholders*, usuários da informação contábil, é o Balanço Social. A divulgação destes dados do cunho patrimonial e social possibilita uma análise concreta sobre o resultado da empresa e distribuição de dividendos e saber quais as atitudes protecionistas em relação a obrigações de ordem ambiental (passivo ambiental).

Os primeiros passos concretos que aborda Balanço Social surgiram na França, no ano de 1977. Logo tinha como principal foco a área de recursos humanos e fatos e atos financeiros ligados a esta. Com o passar do tempo, o tipo de informação do Balanço Social começou a mudar, trazendo também dados referentes à gestão ambiental e valor agregado à economia do país. Essas transformações e exigências advêm da posição que a sociedade tomou frente à necessidade de garantir seus direitos, compromisso de garantir qualidade de vida saudável, exigir do governo a determinação de formas de controle, a utilização eficaz dos recursos por ele disponibilizado em prol de atividades que realmente beneficiem a comunidade.

A idéia de processar as informações de cunho social junto com os de origem financeira, nos resultados de fim de exercício, das diversas organizações, surgiu na década de 60 através de duas correntes de pensamento empresarial.

- Movimento de Empresários Cristãos: apresentar o campo de atuação social da empresa, e principalmente, a responsabilidade social de seus dirigentes.
- Movimento Pacifista: teve origem no decorrer da Guerra do Vietnã, sob a forma de reprimir as ações de empresas que contribuam com a guerra.

Junto ao reconhecimento da necessidade de mudar a forma de gestão, que vai muito além de despesas e receitas, provindas da atividade principal da empresa, ou ativos e passivos que retratam na grande maioria bens que sofrem depreciação ao invés de exaustão, em atividades distintas, veio o interesse político, através de uma imagem de benevolência e preocupação do social, projetos e anteprojetos.

Sobre o Balanço Social, como ferramenta de gestão, aponta-se a necessidade de determinar indicadores que retratem, de forma clara e objetiva,

com prazo determinado, a avaliação de iniciativas sociais, e qual foi o reflexo destas no ambiente da empresa.

6. OS STAKEHOLDERS E A INFLUÊNCIA DAS INFORMAÇÕES DO BALANÇO SOCIAL

As demonstrações contábeis advindas no Balanço Social, via publicações é a forma mais simples de prestar contas a sociedades do desempenho da empresa e reflexos junto ao patrimônio da desta.

Os principais usuários da informação contábil, também conhecidos como *stakeholders*, são:

- governo: vê na contabilidade uma forma de controlar e determinar bases de cálculo para arrecadação. Com objetivo de gerar receita pública;
- investidores: primeiramente atraindo através do bom desempenho econômico-social da empresa, capital de terceiros, o que é de grande vantagem para a empresa, pois as despesas financeiras, oriundas de financiamento, representam um custo alto para a empresa.
- instituições financeiras: a concessão de empréstimos está condicionada a análise ao desempenho da empresa em relação ao meio ambiente.

A responsabilidade social, perante o meio ambiente é um item indispensável para as empresas que desejam manterem-se no mercado por muito tempo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos que abordam as relações entre empresa e responsabilidade social, compõem um cenário determinante no tocante de sobrevivência das empresas. O ambiente de mudanças históricas exige da sociedade um comportamento consciente, assim como da contabilidade como ciência, propriamente dita.

Como ferramenta importante e em nível mundial, temos a ISO 14000 e Suas Subséries como fator de referência para gestão organizacional eficiente, no que diz respeito ao meio ambiente.

Logo, o papel fundamental da contabilidade é incentivar as empresas a implantarem gestões ambientais com o objetivo final de preservação do meio ambiente, sem esquecerem de tratar os retornos que esta prática traz a empresa.

O Balanço Social é o principal canal que exterioriza as informações contábeis aos interessados, *stakeholders*. Mas os profissionais desta ciência devem estar atentos as aplicações distorcidas da contabilidade ambiental, pois muitas empresas utilizam de maneira equivocada apenas com o intuito de mostrarem-se amigas do meio ambiente perante a sociedade.

Convém salientar que a gestão de qualidade empresarial passa pela obrigatoriedade de que sejam implementados sistemas organizacionais e de produção de materiais que valorizem os bens naturais, as fontes de matérias-primas, espera-se que a cultura do desperdício seja coisa do passado e que as empresas aderem cada vez mais as atividades de reciclagem, controle de resíduos, e principalmente a contabilidade ambiental como ferramenta de informação e controle na tomada de decisão.

O que se busca com tudo isso é a harmonia do relacionamento entre a empresa e o meio ambiente, prezando pela responsabilidade social, não somente garantir a preservação do meio ambiente, mas sim de toda a humanidade.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *NBC T 15: Informações de Natureza Social e Ambiental*. Brasília, 2004.

FRANCO, Hilário. *A contabilidade na era da globalização*. São Paulo: Atlas, 1999.

FERNANDES, J.W.N. *A gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável sob a ótica da contabilidade*. IN: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE. 2000, Goiás. Conselho Federal de Contabilidade.

TEIXEIRA, L. G. A. *Contabilidade ambiental-eco-eficiência*. IN: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE. 2000, Goiás. Conselho Federal de Contabilidade.